

Positivismo e Bacharelismo:

Contexto e embate intelectual no Brasil ao final do século XIX

André Luciano Simão¹

Resumo

Discutindo a formação intelectual brasileira desde o período da colonização e, com tal propósito, a formação e o contexto intelectual em Portugal, pretende-se refletir sobre o embate que ocorre ao final do século XIX no Brasil entre novos setores em ascensão, ligados às atividades comerciais e industriais, e os antigos interesses agrários pela disputa do poder político e econômico. Busca-se demonstrar como tal disputa ocorrerá também na esfera das ideias enquanto disputa pela hegemonia da produção intelectual em momento de constituição e consolidação do pensamento científico moderno em oposição a o humanismo classicista. Neste contexto, o positivismo representará, no Brasil, os interesses de grupos que são fruto da urbanização e do desenvolvimento capitalista e que procuram na reflexão científica formas de contestação e caminho de projeção e reconhecimento social, em oposição às elites tradicionalmente estabelecidas, ligadas a interesses agrários e a uma ordem social estamental, que aferram-se na defesa da perpetuação do pensamento humanístico e da erudição livresca.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro, Positivismo, Bacharelismo, Hegemonia Intelectual.

Abstract

Discussing the Brazilian intellectual formation from the period of colonization and, for that purpose, the context and intellectual formation in Portugal, is intended to reflect on the shock that occurs at the end of the nineteenth century in Brazil between new sectors on the rise, linked to commercial and industrial activities, and the old agrarian interests by the dispute of political and economic power. Seeks to demonstrate how such dispute will also occur in the sphere of ideas as dispute for the hegemony of intellectual production in time for the formation and consolidation of modern scientific thought in opposition to humanism classicista. In this context, positivism represent, in Brazil, the interests of groups that are the result of urbanization and capitalist development seeking in scientific thinking ways of contestation and pathway projection and social recognition, in opposition to the established elites traditionally linked to agrarian interests and estamental social order, holding on to defend the perpetuation of humanistic thought and bookish erudition.

Keywords: Brazilian social thought, Positivism, Bacharelismo, Intellectual Hegemony.

Introdução

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o papel do positivismo ao final do século XIX no Brasil como um momento representativo do movimento científicista no país. A

¹ Bacharel em Sociologia pela Unicamp, Mestre em Sociologia pela Unicamp e Doutor em Sociologia pela Usp. Professor da Faculdade Peruíbe.

hipótese trabalhada é a de que, assim como ocorrera em outros países, o movimento cientificista no Brasil se caracteriza por representar a disputa pela hegemonia da produção intelectual entre novos grupos ascendentes em busca de oportunidades políticas de ascensão social e afirmação econômica, e, portanto, à procura de representação no campo do pensamento para seus interesses, e grupos já tradicionalmente estabelecidos e, deste modo, ligados às formas de representação intelectual tradicionais.

O positivismo teve, neste contexto, o papel de tentativa incipiente de novos grupos urbanos e de setores ligados às atividades comerciais e industriais de encontrar representatividade para seus interesses. Esta primeira tentativa do movimento cientificista no Brasil pode não ter sido bem sucedida devido aos arranjos conciliadores entre as classes rurais e novas classes industriais e comerciais em ascensão, conciliação que permitiu as modernizações necessárias aos novos grupos sem, no entanto, modificar significativamente a estrutura social e política do país, isto é, modernização conservadora que manteria excluídas as classes populares do país da participação política assim como marginalizadas economicamente.

Para refletir sobre este movimento no país, pretende-se pensar como modelo comparativo sobre as características do movimento cientificista na Inglaterra e na França, descritos por Ben-David (1974), assim como sobre o embate entre sociologia e literatura na França pelo controle das representações da sociedade, embate que se caracteriza pelo confronto entre ciência e humanismo, como mostra Lepenies (1996). Além disso, o trabalho procura recuperar as características da formação intelectual brasileira desde o momento da colonização portuguesa, discute-se assim também um pouco da formação intelectual portuguesa.

A discussão sobre o embate entre humanismo clássico e ciência ocorrido em Portugal entre os séculos XIII e XVIII, é entendida aqui como essencial à compreensão e caracterização da esfera intelectual no Brasil durante o período analisado. A disputa sobre o que se pode chamar de hegemonia da produção intelectual é característica da constituição e consolidação do pensamento científico moderno em oposição a o humanismo classicista em diversas sociedades. Pode-se dizer que novos grupos sociais em busca de reconhecimento, projeção social e espaço na arena política, grupos que são fruto da urbanização e do desenvolvimento capitalista, procuram na reflexão científica formas de contestação e caminho de projeção e reconhecimento social. Na mesma medida, as elites tradicionalmente estabelecidas, ligadas a interesses agrários e a uma ordem social estamental, aferram-se na

defesa da perpetuação do pensamento humanístico e da erudição livresca. Não que esta situação vá se resolver no Brasil já ao final do século XIX ou início do século XX, na verdade no campo do pensamento político-social a guinada científicista só ocorrerá com a consolidação e institucionalização das ciências sociais em São Paulo nas décadas de 30 e 40 do século XX². No entanto, a persistência de tradição humanística literária, ligada às elites agrárias e oligárquicas, e as tentativas e propostas positivistas de desenvolvimento técnico científico do país, ligadas a grupos de contestação e em busca de projeção política, social e econômica, ilustra este desenvolvimento mais geral que se percebe do movimento científicista.

Com relação às ideias positivistas no século XIX, é necessário esclarecer que neste trabalho parte-se do pressuposto que as mesmas funcionam, efetivamente, não apenas como orientadoras do pensamento como também como orientadoras de condutas e definidoras de ações. Ou seja, ao procurar recuperar as proposições positivistas no período, pretende-se destacar o caráter definidor de orientações teóricas que adquire o positivismo no momento, mas, também, o caráter definidor de comportamentos e orientador da ação que caracteriza a adesão a esta corrente teórica. Deste modo, trabalha-se com a hipótese segundo a qual aqueles que aderem às formulações positivistas organizam suas experiências, suas condutas e comportamentos de acordo com as ideias que professam. Neste trabalho, com efeito, as ideias ao final do século XIX no Brasil não são tratadas como meramente ornamentais, como forma de dar brilho às palavras sem qualquer intenção de colocá-las em prática, do mesmo modo, não são percebidas como simples instrumentos de crítica ao governo imperial por parte dos estratos em busca de reconhecimento. As ideias não podem ser pensadas fora da vida concreta, como afirmava Mannheim, “as ideias não são sonhos nem desejos, imperativos imaginários baixados de alguma esfera absoluta; antes, possuem uma vida concreta própria e uma função definida no processo total” (1968, p. 264). De acordo com Mannheim, para compreender adequadamente o pensamento é sempre necessário analisar a relação entre conhecimento e existência.

Neste trabalho, importa compreender a força social das ideias e quais os seus alcances na orientação dos grupos e estratos que as professam, “trata-se de investigar como as ideias fizeram a cabeça de grupos sociais e profissionais, converteram-se em projetos que exprimem ou estão em busca de atores (suportes), transformaram-se em direção intelectual e moral” (BRANDÃO, 2010, p.1-2). Pretende-se, portanto, compreender o positivismo como

² Neste sentido, é esclarecedora a análise de Sérgio Miceli (1988) sobre os condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil.

expressão de interesses concretos de grupos sociais atuantes na sociedade brasileira do momento.

Herança intelectual portuguesa

Para tratar do tema da influência da tradição intelectual portuguesa e de suas peculiaridades sobre a configuração intelectual brasileira, é interessante retomar a análise de Cruz Costa sobre esta herança. Segundo este autor, os portugueses, por influência árabe, absorvem a filosofia grega pelo viés da interpretação física, aplicando-a inclusive no desenvolvimento das técnicas náuticas nas quais irão se destacar no período. Deste modo, entre os séculos XIII e XVI os sábios portugueses dedicam-se a uma ciência aplicada, com uma concepção de mundo que deriva de uma valorização pragmática da existência, valorização para a qual contribui a posição de pujança que ocupam os lusitanos no comércio marítimo, dando-lhes feição pragmática ao pensamento. “Toda a atividade dos portugueses orienta-se para um sentido positivo, para uma forma concreta de pensamento, que se afasta e se diferencia dos moldes das culturas dos demais países da Europa medieval. Desde a Idade Média é fácil verificar no pensamento português a constância de uma posição empírica pragmática” (CRUZ COSTA, 1967, p. 19). Além de todo avanço técnico científico que auxilia a promover, a grande aventura marítima comercial contribui também para o direcionamento prático do pensamento ao demonstrar, através de diversas descobertas realizadas, a invalidez de diversos dogmas correntes na Europa católica.

Tal arranjo da esfera intelectual, perpassada por vocação empírica e pragmática, entre em decadência, de acordo com Cruz Costa, ainda no século XVI durante o reinado de D. João III. Neste momento o Estado passa a monopolizar o pensamento e os jesuítas, então a frente do movimento contra a Reforma na Europa, são chamados para assumir o controle da Universidade de Coimbra.

[para a Igreja] era mais fácil permitir a especulação livre a respeito de coisas abstratas do que submeter perguntas específicas, por exemplo, a respeito da natureza da lua, à prova do telescópio. As especulações da mente humana a respeito de questões religiosas nunca poderiam ser definitivas (...) O poder final de Deus estava além do poder da mente humana, e, quando havia uma contradição entre a mente divina e as mentes humanas, não era difícil ‘ver’ onde estaria a verdade final. No entanto, a ciência empírica não permitia essa fuga; colocava em confronto, empiricamente, a natureza tal qual foi criada *realmente* por Deus (...) Por isso, as autoridades religiosas, católicas, protestantes ou judias, tendiam a ter, com relação à ciência empírica, uma atitude que ia do extremo cuidado à hostilidade (BEN-DAVID, 1974, p. 101).

Em Portugal esta hostilidade em relação à ciência pragmática leva a um retrocesso no ensino e no modo de perceber a ciência. Ao romper com a vocação pragmática a qual voltava o ensino, Portugal afastava-se do movimento cientificista que começava a tomar vulto em diferentes locais da Europa. O ensino inspirado pelo espírito do tempo das navegações cede espaço a uma educação sem base empírica ou natural, converte-se em uma erudição livresca caracterizada pelo estudo dos clássicos greco-latinos. Portugal, que tanto contribuíra com o despertar do movimento científico moderno através de seus descobrimentos marítimos, se vê apartado de seu posterior desenvolvimento.

Neste momento é interessante fazer um contraponto entre o que acontecia com a esfera intelectual em Portugal e a situação inglesa descrita por Ben-David (1974) em seu texto *O papel do cientista na sociedade*. Ben-David mostra como o surgimento do movimento científico na Inglaterra está ligado, entre outras coisas, ao aparecimento do pluralismo religioso, pois, ao contrário de um católico ou um judeu, engessados quanto às possibilidades de interpretação da bíblia, um protestante poderia adequar suas descobertas científicas em harmonia com sua interpretação da bíblia. Em Portugal, ao contrário, o domínio da Igreja Católica, principalmente através dos jesuítas, amputa um movimento científico incipiente. Deste modo, os portugueses, que haviam obtido progressos surpreendentes no comércio marítimo, se veem distantes do posterior desenvolvimento capitalista que atravessaria a Europa por não haverem ainda desenvolvido a necessária mentalidade capitalista³. Por outro lado, também no plano das ideias a desenvoltura portuguesa se mostra mais uma vez precoce e carente da força e das condições necessárias para ganhar corpo e importância. O não aparecimento de grupos ligados ao desenvolvimento do comércio e, futuramente, da indústria não permite o florescimento do movimento cientificista que correspondesse à crítica das formas tradicionais de dominação e de pensamento.

Na França, também de acordo com Ben-David (1974), os grupos protestantes têm interesse no reconhecimento da ciência como campo autônomo e teologicamente neutro, pois isso fortaleceria a causa do pluralismo religioso. No entanto, devido a maior rigidez nas diferenças de classe e ao poder absoluto do rei, a resistência dos grupos tradicionais à ciência se mostrou muito maior e o Estado exerceu controle maior sobre a ciência e sobre as discussões que esta podia levar adiante. A forma que adquire a Academia de Ciências

³ Fragoso e Florentino em seu livro *O arcaísmo como projeto* (2001), mostram como a ausência de uma mentalidade capitalista, que contivesse o projeto de valorização do trabalho e de acumulação de capitais, e a permanência de valores ligados à sociedade feudal, dentre os quais o desejo de ocupar posição de status na nobreza, impedem que a posição de destaque de Portugal no comércio marítimo se perpetue e se converta em liderança no desenvolvimento das sociedades capitalistas europeias.

francesa se mostra, de acordo com Ben-David, como uma tentativa de isolar a ciência do restante das instituições sociais e restringi-la a atender aos interesses da monarquia. No caso francês, portanto, a ciência fica subordinada aos desejos da realeza e da aristocracia, ao contrário da Inglaterra onde conserva independência intelectual e científica.

Apenas a Inglaterra não se tornou dependente do modelo francês como diversas outras sociedades nas quais as instituições se mostram hostis à ciência. Deste modo, segundo Ben-David, em outros países europeus e, pode-se dizer, em suas colônias, reproduz-se o modelo francês, isto é, não há grupos grandes e importantes interessados pela institucionalização da ciência, não há movimento científico, ocorre apenas um transplante de papéis sociais e ideias estrangeiras que tinham raízes fracas. Na verdade, os governos nacionais desejavam a ciência pelas suas possibilidades, mas temiam suas possíveis consequências sociais. “A ciência natural poderia ser adotada nessas sociedades ainda tradicionalistas por causa da sua neutralidade do ponto de vista da religião e das tradições das classes conservadoras, mas não poderia ser adotada uma filosofia científica que propagasse a mudança social” (BEM-DAVID, 1974, p. 123)

Ao final do século XVIII na França, há um momento de confronto entre a ciência e a Igreja em situação distinta. Ocorre no período anterior a Revolução Francesa quando os intelectuais científicos (ligados ao movimento científico) entram em disputa mais direta com o estamento intelectual vigente, ligado a Igreja, no anseio de substituí-lo como grupo legítimo de produção intelectual.

Como visto, ainda no século XVI Portugal, como reflexo do movimento de Contra Reforma e devido à ausência de grupos portadores de uma mentalidade capitalista que buscassem se opor às formas tradicionais de pensamento, atravessa momento de retrocesso no que se refere ao desenvolvimento científico. Os estudiosos portugueses apartam-se da renovação científica e filosófica para concentrar-se na elocução formosa, enclausurada pelo conhecimento já produzido dos clássicos antigos. “A retórica, o gramaticismo, a erudição livresca são traços que herdamos da formação, dita humanista, derivada do século XVI português” (CRUZ COSTA, 1967, p 22). Com esta postura assumida por aqueles que controlavam o ensino lusitano, a filosofia do país afasta-se cada vez mais da investigação científica que viria a caracterizar a modernidade. Enquanto isso se desenvolvia em vários pontos da Europa uma cultura científica de base experimental e crítica em oposição a uma cultura fundada na autoridade clássica de inspiração greco-latino.

No interior do movimento mais amplo de desenvolvimento científico europeu, portanto, o pensamento político-social português encontra-se apartado, preocupado com a renovação da escolástica como forma de reação à liberdade religiosa pregada pelo protestantismo. Segundo Cruz Costa, a Inquisição velava em Portugal, vigilante em defesa da fé e em barrar os profetas da nova fé. “De um mundo como fora aquele que preparava os descobrimentos marítimos, Portugal, e com ele a Península Ibérica, passa ainda em fins do século XVI e começo do século XVII para ‘um mundo escuro, inerte, pobre, ininteligente’” (CRUZ COSTA, 1967, p. 29).

A exemplo do que então ocorria com o ensino em Portugal, logo no início da colonização a Companhia de Jesus instala seus colégios no Brasil, os quais seriam frequentados desde o início pelas elites locais. Logo, além da posse de terras, escravos e engenhos, a aquisição de cultura humanística passa a ser importante fator de distinção para as elites coloniais. Nas principais localidades do país, os jesuítas reproduzirão imitações do Colégio das Artes de Coimbra, onde prevalecerá a filosofia escolástica com base no ensino da teologia, da filosofia e das humanidades. “Forçoso é reconhecer que foi graças a essa cultura de eruditos, simplesmente ornamental, originada nos colégios jesuítas, que a tradição da cultura intelectual europeia se foi firmando entre nós. Foram os letrados formados pelos jesuítas que estiveram a serviço dessa fixação de cultura” (CRUZ COSTA, 1967, p 43-4). Somente com a chegada de D. João V ao trono português a situação do ensino em Portugal começa a se alterar. D. João V não acredita que os jesuítas sejam fonte para verdadeira instrução e promove renovação nos métodos e autores estudados, esta situação abre espaço para a posterior reforma do ensino e da Universidade organizada por Pombal. A reforma pombalina trabalha com a ideia de criar estabelecimentos de trabalhos práticos e científicos em oposição aos colégios jesuítas. Para Cruz Costa, a reforma falha já que Pombal não tinha verdadeiramente o “espírito do progresso”, procurava apenas se opor aos jesuítas e, ao fazer isso, acaba por libertar o pensamento português dos mesmos. Foi um movimento muito mais político do que intelectual.

A Reforma pombalina terá efeitos no Brasil, após o fim do monopólio do ensino pelos jesuítas também as colônias portuguesas são percorridas por um clima de liberdade de pensamento e de prevalência da ciência, clima amplificado pela repercussão das Revoluções nos EUA e na França e pelas ideias iluministas. Datam deste período os primeiros projetos de modernização para o território brasileiro das autoridades portuguesas, neste momento circunscritos à questão agrícola. Tais projetos apresentavam temas que seriam recorrentes às

propostas reformistas: técnicas de arado e adubação, valorização do trabalho, ensino agrícola, aumento da produtividade, etc. Os autores dos projetos, percebiam nos mesmos formas de implantar e expandir o processo civilizador da nação brasileira; as reformas propostas visavam inserir o país nos tempos modernos que se apresentavam como uma era de progresso guiada pela razão e pela tecnologia. Para lançar o país nesse novo mundo, alguns obstáculos deveriam ser eliminados, entre eles, a deficiência educacional.

Na pregação pombalina encontram-se duas outras dimensões que marcariam o cientificismo brasileiro, a saber: 1. a) a ciência é competente para promover a riqueza; e 2. a) é possível formular-se política e moral científicas. Na obra de Pombal esta última hipótese acha-se apenas implícita. A vantagem de Comte encontrar-se-ia no fato de que a explicita. Precisamente essa circunstância é que facultaria a adesão entusiástica ao comtismo sob a República (PAIM, 1997, p. 544-45)

Este momento de abertura intelectual receberá novo estímulo com a chegada da corte ao país em 1808, quando D. João VI promoverá a criação de escolas, museus e bibliotecas. “Era como se o Brasil tivesse despertado de um sono prolongado e se pusesse agora a caminho da conquista de sua libertação. A própria classe comercial, cujos negócios haviam aumentado de volume e cuja a importância social crescera, mostra-se interessada no desenvolvimento da cultura e da instrução nacionais” (CRUZ COSTA, 1967, p. 52). O interesse dos grupos comerciais na educação e na criação de escolas técnicas e científicas demonstra, desde o início do século XIX, o envolvimento destes setores com o desenvolvimento técnico e produtivo do país em sintonia com o desenvolvimento do capitalismo mundial. Em diversos autores positivistas do final do século, percebe-se correspondência entre suas propostas para desenvolvimento e reforma do país e as demandas e ações destes setores.

De acordo com Cruz Costa, a situação de desenvolvimento econômico do país será fundamental também em 1870, momento em que novas matizes de ideias – como o positivismo, o naturalismo e o evolucionismo – começam a fazer parte da vida intelectual do país. Tal processo, portanto, é concomitante com o progresso econômico e material do país a partir de 1860, fruto do surto cafeeiro e da inversão de capitais proveniente da extinção do tráfico negreiro. Progresso com efeitos na “sensível ascensão no padrão de vida de certas classes da população e na incipiente aparelhagem técnica do país” (CRUZ COSTA, 1967, p. 115), classes em busca de expressão intelectual para seus anseios sociais e mesmo políticos.

As Faculdades de Direito, o liberalismo de formação humanística e o positivismo

O papel das faculdades de Direito no contexto intelectual brasileiro durante o século XIX e parte do século XX é crucial, o processo de formação e profissionalização dos bacharéis é fundamental para compreensão da configuração do pensamento brasileiro no período, os bacharéis irão compor não apenas a elite intelectual do país como também, e principalmente, a elite política imperial. Das faculdades de Direito sairá grande parte dos parlamentares, homens públicos e elite burocrática do país. De acordo com Sérgio Adorno (1988), na Faculdade de Direito de São Paulo serão formados os intelectuais e profissionais da política necessários ao Estado imperial em sua consolidação e expansão. Como demonstra o trabalho de Adorno, a constituição dos cursos de direito não se guiará pela excelência da formação jurídica e pela qualificação teórico-intelectual dos alunos, mais importante será a vivência acadêmica transcorrida fora dos muros da academia, pelos debates públicos e políticos que ocorrem através dos periódicos e pela participação em agremiações estudantis. “As características da vida acadêmica constituíram o terreno que produziu um tipo de intelectual educado preferentemente para a atividade política e disciplinado para reproduzir o modo pelo qual o liberalismo via, no século passado [século XIX], as relações sociais nessa sociedade” (ADORNO, 1988, p. 27).

O liberalismo fornecerá a base intelectual dos bacharéis brasileiros. Liberalismo que trará os traços da herança classicista humanística portuguesa, caracterizado pelo uso da retórica, do discurso livresco, vazio de intenções, mas marcado pela necessidade de citar autores estrangeiros. Os ideais liberais aportam no país ao final do século XVIII trazendo consigo a força libertadora das revoluções francesa e americana e terão inicialmente no Brasil um caráter antimetropolitano que logo se converterá, após a Independência, no vocabulário de resistência contra as tentativas de ingerência inglesas na política e na economia locais. O liberalismo estará, portanto, intimamente ligado à consolidação do Estado nacional, será, certamente, um liberalismo adaptado à realidade local e dissociado das reivindicações de caráter democrático e libertário. Em última instância, será um liberalismo restrito à defesa e garantia das liberdades econômicas para as elites locais. “Nesse contexto de lutas políticas, o ‘liberalismo heroico’, nascido e edificado nos movimentos pré-independência, foi paulatinamente substituído por um liberalismo regressista” (ADORNO, 1988, p. 47).

O ensino jurídico no Brasil produz um tipo particular de intelectual, com formação voltada a prepará-lo tanto ao exercício da política como para atuar nos quadros burocráticos mais elevados do governo. Sérgio Adorno chega a afirmar que nunca houve concretamente ensino jurídico na Escola de Direito de São Paulo e sim uma vida acadêmica agitada e

controvertida. De fato, os grandes debates eram travados fora dos muros da Academia, através dos diversos periódicos editados no período, nestes os estudantes expunham sua defesa dos direitos individuais e das liberdades públicas.

A situação dos bacharéis enquanto elite intelectual se mantém estável até meados da década de 60, quando o Império passa a ser questionado por novos grupos ascendentes e marginalizados como também pelas antigas elites agrárias não mais atendidas satisfatoriamente nas suas demandas. Sendo assim, desde a década de 1860 já havia no Brasil um clima intelectual de contestação à situação política e social do país, novos grupos ligados ao comércio e à indústria procuram por projeção política e econômica e expressam isto através de uma mentalidade progressista. “A partir de 1870, esta nova burguesia assume papel de importância sobretudo no setor intelectual. É dessa burguesia, formada por militares, médicos e engenheiros – mais próximos das ciências positivas, graças à índole de suas profissões – que irá surgir o movimento positivista no Brasil” (CRUZ COSTA, 1967, p. 127-8). Não por acaso em 1968 o Partido Liberal se cindiu e é fundado o Partido Republicano em 1870.

Neste momento, portanto, o cientificismo positivista, preocupado com a realidade dos fatos e em oposição à visão indianista e ao bacharelismo liberal, desloca a discussão dos problemas nacionais do campo da política para a esfera do social;

Este novo grupo aparece no cenário como um delator das mazelas do Império. Acusam a elite dirigente de incapaz de gerir o país e apresentam-se como candidatos ao cargo. Se o bacharelismo liberal combinava com o discurso romântico, em grande medida conciliador das diferenças; o cientificismo emergente vai encontrar a forma do seu discurso na própria ciência. As questões antes tomadas como eminentemente políticas serão deslocadas; trata-se agora de pensá-las no terreno social em que se encontram e de equacioná-las a partir da sociologia nascente. A ciência emerge, portanto, como a grande fornecedora de respostas (...) Neste momento, a euforia de um país novo cede à compreensão de que um fosso separava o Brasil da civilização, esta ‘consciência amena do atraso’ levará a intelectualidade brasileira a reconsiderar as possibilidades de progresso futuro (ALONSO, 1994, p. 17)

O positivismo no Brasil reveste-se, como se vê, de um caráter antiliberal, já que o liberalismo era associado ao bacharelismo e, portanto, às ideias metafísicas fundadas no classicismo humanístico sem base científica. A nova geração queria adequar-se à civilização europeia e não esconder-se numa representação pitoresca e escapista da realidade e, neste momento, o país passa a ser pensado em comparação com o progresso europeu e a ser definido por contraste, com base na ideia de atraso. Deste modo, os positivistas nacionais formulam projeto civilizatório com base nos pontos em comum entre a civilização ocidental e

a cultura brasileira. Não há, no entanto, uma concepção consensual do atraso e, portanto, para os meios do progresso, pois esta varia conforme o autor e as peculiaridades regionais. De qualquer modo, mesmo as análises e soluções sendo diversas, elas conjugam, em geral, a instrução pública e a ciência como meio de civilizar o país. A ciência assume papel de destaque em detrimento ao papel do Estado, cabe a este implementar os remédios que a ciência receitar para os males do país.

Se por um lado existem positivistas que não acreditam realmente na ciência e no método científico, que apenas reformulam em outros termos os interesses dos grupos tradicionais interessados em manter as condições sociais e econômicas que mantêm o poder político em suas mãos. De outro há os autores que acreditam na ciência como meio para o progresso e o desenvolvimento, que expressam os interesses ligados ao comércio e a indústria, que procuram alinhar os rumos da nação às demandas do desenvolvimento capitalista e que, ao tomar esta posição, expressam também os interesses da classe média urbana emergente.

Considerações finais

Não deixa de ser estimulante para pensar a situação do positivismo ao final do século XIX no Brasil refletir sobre a disputa que ocorre na França do século XIX entre a Literatura e a Sociologia para definir qual delas era mais competente na análise da sociedade e qual, portanto, poderia definir os rumos para a modernidade. Assim como a sociologia francesa teve que enfrentar a literatura em seu momento de consolidação, também o positivismo brasileiro entrou em conflito com o bacharelismo liberal, de formação humanística e literária, em sua tentativa de se consolidar como ciência portadora da legítima interpretação da realidade social. É bastante ilustrativa, aliás, a postura tanto de Comte quanto de Durkheim com relação a este embate, “Comte odiava os *littérateurs* que se serviam de artifícios retóricos para convencer seus leitores e ouvintes (...) Mais tarde, Émile Durkheim repetiria esses julgamentos, uma vez que se tratava ainda de diferenciar a ciência da sociologia de seus precursores literários” (LEPENIES, 1996, p. 32).

Esta crítica dura à literatura e, principalmente, à retórica, é bastante característica do movimento científicista em seu momento de consolidação e afirmação. Atitude semelhante pode ser percebida em Hobbes, já no século XVII, em sua aspiração inicial de transformar o estudo da moral e da política em ciência. Também o autor inglês procura desvincular-se de sua formação humanista e da retórica que lhe caracterizava ao se dedicar à ciência. Hobbes procura inicialmente dissociar ciência e eloquência, para ele o conhecimento científico não

teria necessidade de persuasão, pois seria a verdade em si. No entanto, assim como Comte em certo momento passaria a valorizar a literatura e a poesia, reconhecendo a importância do estilo, Hobbes também muda sua percepção e reconhece que a ciência não tem poder de convencimento para as verdades que descobre, assim, aplica seus conhecimentos de retórica em sua mais famosa obra. “O *Leviatã* constitui uma contribuição tardia porém magnífica para a arte renascentista da eloquência – um tratado em que as técnicas persuasivas da clássica *ars rhetorica* são sistematicamente empregadas para ampliar e sublinhar as descobertas da razão e da ciência” (SKINNER, 1999, P. 19).

Assim como no Brasil os positivistas, de um modo geral, embasam suas análises em observações da realidade e em dados históricos⁴, também na França Durkheim procura garantir que suas reflexões tenham sempre uma base empírica. “Na França, que era ainda em grande parte um país agrário, muitos intelectuais não haviam notado como a dinâmica do desenvolvimento das sociedades industriais do Ocidente fazia a maioria das concepções tradicionais de valor parecerem cada vez mais distantes da realidade” (LEPENIES, 1996, p. 67). São diversas as críticas ao distanciamento em relação ao real que caracterizariam as ideias no Brasil, liberais, assim como positivistas, refugiando-se “no mundo mais elevado e dignificante das ideias, para dali recriar a própria realidade de mil outras maneiras, quase a seu bel-prazer” (NOGUEIRA, 1984, p. 80).

No Brasil, as diversas vertentes que assumem os autores positivistas explicitam, no plano do pensamento, o embate que ocorre pela hegemonia política e econômica do país entre os diversos grupos representativos da sociedade brasileira, embate que se estende também na disputa pela hegemonia intelectual e pela posse do discurso que organizará a compreensão e a expressão das condições concretas da sociedade brasileira. Embate entre grupo ligado às elites agrárias tradicionalistas, representado na vertente humanística literária, e grupo ligado aos novos estratos ascendentes, representado na vertente cientificista. É significativo que o final do século XIX seja o momento em que as classes ligadas ao comércio e à indústria fazem os primeiros movimentos para tomar a direção política e econômica da nação, são grupos portadores de uma mentalidade capitalista que buscará encontrar expressão para suas posições também no plano das ideias. O insucesso desta tentativa de tomada de poder por parte destes grupos, em parte porque encontram na solução conciliadora com a antiga aristocracia agrária

⁴ Pode-se discordar dos resultados a que chegam, mas não do fato que procuram bases empíricas para suas conclusões.

resposta temporária para suas demandas⁵, pode estar ligado ao insucesso do positivismo ligado ao desenvolvimento técnico/científico do país, pelo menos neste momento.

Para concluir, cabe lembrar mais uma vez a semelhança com a situação francesa: “Mas havia como que uma ideologia sociológica e uma ideologia literária (...) era basicamente o confronto entre a velha França e as tendências de desenvolvimento da moderna sociedade industrial o que se ocultava por trás dos ataques dos literatos contra a sociologia de Émile Durkheim” (LEPENIES, 1996, p. 93). Por fim, é interessante o papel que Lepenies atribui ao caso Dreyfus para a consolidação da hegemonia da sociologia frente à literatura na França: o apoio dos sociólogos a Dreyfus teria levado a uma mudança dramática nas críticas que sofria a sociologia, tal oportunidade política teria permitido a Durkheim se tornar senhor da Nova Sorbonne e não sua capacidade intelectual.

Bibliografia

- ADORNO, SÉRGIO. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALONSO, Ângela M. **Ideias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império**. Tese de doutoramento. Usp: São Paulo, 2000.
- _____. **Positivismo: uso tópico, o projeto civilizatório de Luís Pereira Barreto**. Dissertação de Mestrado. Usp: São Paulo, 1994.
- ARANTES, Paulo. O positivismo no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 21, jul. 1998.
- BARRETO, Luís Pereira. **Obras filosóficas** (vol. I). São Paulo: Grijalbo, 1967. (Organizador: Roque S. M. de Barros).
- _____. **Obras filosóficas** (vol. II). Londrina: UEL, 2001. (Organizador: Roque S. M. de Barros).
- BARROS, Roque S. M. de. **A evolução do pensamento de Pereira Barreto**. São Paulo: Editorial Grisalho, 1967.
- BASTOS, Élide Rugai. “Ordem e progresso: Gilberto Freire”. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. Vol. 2. São Paulo: Senac, 2001, p. 357-384.
- BEN-DAVID, Joseph. **O papel do cientista na sociedade**. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.
- BRANDÃO, Gildo Maçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- CARVALHO, José Murilo. de. História intelectual do Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n°1, p. 123-152.
- _____. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In: _____. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

⁵ “Pouco a pouco a República vinha ‘deixando-se influenciar no seu modo de ser futuro por aquela maneira de ser Brasil, além de passado, presente’. E, assim, reatam-se ‘tradições de ordem e unidade nacional vindas do Império (...) com os arjos da República no sentido de progresso nacional” (BASTOS, 2001, p. 360). Como é característico do período, ocorre modernização que concilia passado e presente levando a mudanças sem traumas, sem ruptura da ordem social.

- COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Coleção Os Pensadores.
- _____. **Catecismo positivista**. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Coleção Os Pensadores.
- CRUZ COSTA, João. **Contribuição à história das ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. **O positivismo na república**. São Paulo: Editora Nacional, 1956.
- FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: Edusp, 1996.
- LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.
- LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura ilustrada: ideias para o melhoramento moral e material da lavoura brasileira no século XIX**. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP, 1998.
- MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. de S (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MICELI, Sérgio. **História das ciências sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: IDESP/Vértice/FINEP, 1989.
- MORAES, Carmem Sylvia V. **O ideário republicano e a educação: o colégio “Culto à Ciência de Campinas” (1869-1892)**. Dissertação de Mestrado, Usp: São Paulo, 1981.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PAIM, Antonio. **História das ideias filosóficas no Brasil**. Londrina: Uel, 1997.
- _____. **Plataforma política da positivismo ilustrado**. Brasília: Unb, 1981.
- _____. Como se caracteriza a ascensão do positivismo. **Revista Brasileira de Filosofia**, vol. XXX, fasc. 119, jul./set. 1980, p. 249-269.
- _____. Introdução à filosofia contemporânea no Brasil: a mentalidade positivista. **Revista Brasileira de Filosofia**, vol. XVI, fasc. 64, out./dez. 1966, p. 549-576.
- RIDINGS, Eugene. **Business interest groups in nineteenth-century Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- RINGER, Fritz K. **O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã**. São Paulo: Edusp, 2000.
- SALES, Alberto. **Ciência política**. Ed. fac. sim. Brasília: Senado Federal, 1997.
- _____. **A pátria paulista**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- SKINNER, Quentin. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. São Paulo: Unesp, 1999.
- _____. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, vol. VIII n. 1, p. 3-53, 1969.